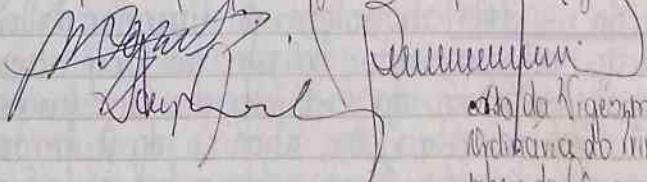


Fazia discurso exaltando a Democracia, evitava do Poder  
 legislativo. Disse que fundamentalmente deviam ser respe-  
 tadas opiniões e posições políticas e assim, manifestava  
 sua solidariedade ao Vereador Manoel Justino da Silva filho  
 enfatizou que o Vereador Onyundo de edificações sociais das  
 mais humildes no município, fora reconhecido na Câmara e  
 lembrou de forma expressiva. Disse que a redução das ver-  
 bas na Educação, na realidade uma desgraciosa situa-  
 tória, não podia ser usada para diminuir o valor de  
 tão abnegado e dedicado Vereador. afirmou que o Governo Geral  
 Corrêa tinha compromisso com a transparência e com o  
 respeito a opinião pública, destacando que o sindicato dos  
 professores se junta democraticamente com o Prefeito dis-  
 cuindo Educação de forma produtiva para o município, e  
 que, hoje se apresentava digno e limpo. Disse que a Edu-  
 cação também era meta prioritária do Governo e que as  
 falhas existentes, por certo seriam corrigidas, no que en-  
 errou sua fala. Não havendo mais Vereadores para o  
 uso da tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente  
 registrou o transcurso do dia 13 de maio data consa-  
 grada a liberdade da Cachoeira no Brasil, procedendo  
 à leitura do texto da Lei Qüica, por iniciativa da Minis-  
 tra Isabel. Durante registrado o seu discurso encerrou a  
 presente sessão em nome de Deus. E, para constar, man-  
 dou que se lavrasse, a presente Ata, que depois de lida  
 submetida a aprovação financeira. Aprovada, será assi-  
 nado para que produza seus efeitos legais.


 Mário Júlio

Ata da Sessão da Noite de 13 de  
 Maio de 1942  
 na Câmara Municipal de Cachoeira  
 realizada em quinta feira dia 13 de maio de

mil novecentos e noventa  
e sete.

As dezoito horas do dia quinze de maio do ano de mil novecentos e noventa e sete sob a Presidência do Senador Waldyr Magalhães de Aguiar Neto, e com a aprovação da Primeira Secretaria pelo Vereador Dárcio Benedito Arcanjo, filho reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses, responderam a chama da reunião os seguintes Vereadores: Geraldo Silva da Rocha, Quirino Almeida de Chaves, Edson Silva Magalhães, Eduardo Corrêa Kita, Gustavo Antônio Guimarães Beranger, Fábio dos Santos Mendes, Laquim Schuindt, Manoel Justino da Silveira Filho, Maria Auxiliadora Ramos Bonucci, Milton Roberto Ferreira de Souza, Umar Sampaio da Silva e Salvar Rodriguez da Silva. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente sessão em nome de Deus. A seguir, foi lida e aprovada a seguinte Ata: Ata da Vigésima Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo. A seguir, o Senhor Presidente, após o cumprimento do seu regimental, solictou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expediente que constou do seu número de Ofício nº CT 0068 54/SIN-5 - TELERS, assunto: Bom resultado ao requerimento nº 041/97 de autoria do Vereador Gustavo Antônio Guimarães Beranger. Ofício nº CT 0069 54/SIN-5 - TELERS, assunto: Bom resultado ao requerimento nº 040/97 de autoria do Vereador Edson Silva Magalhães, solicitação nº 1st/97 de autoria do Vereador Milton Roberto Ferreira de Souza, assunto: Solictua ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Encenragão da Licopina da Guia, freguesia Nogueira, ali o Bairro Vila Nova, através da Rua da Quinta Antônio Ferreira dos Santos, terminada a leitura do Expediente, o Senhor Presidente honrou a Tribuna aos

Oradores inscritos. Como único Orador, inscrito para guarda da tribuna, fiz uso da mesma o Vereador Millen Roberto Marques de Souza, reportando-se a afirmações da Bancada do Governo de que a Administração Alair Corrêa estava transformando a cidade, enfatizando, que para mudar positivamente o Município não bastava apenas um bom serviço de limpeza, pintar meios po, reparar buracos nas calçadas entre outros eventos festivos. Prosssegindo, disse que desde o seu primeiro governo o prefeito Alair Corrêa traizou a reajuste salarial para os funcionários e, decorridos quinze dias do mês de maio, data base da categoria, nenhum representante do governo falava em política salarial. Disse que a arreadação do Município nos primeiros tempos, chegava a cerca de dezessete milhões de reais, salvo altamente positivo se comparado com outros desembolsos do setor público municipal, mas, o bolso do funcionário continuava vazio. Observou a seguir, que ao chegar ao menor a reajuste da inflação, na base das dez por cento, o prefeito Municipal mostrava a esquitade de inúmeras famílias o que considerava lamentável, pois existiam recursos para um ajuste. Falou a seguir, da suspensão do "val. transporte" aligando necessidade de discussões, mas omitiram uma articulação excelente o que de forma alguma significava mudanças positivas no Município. Disse que em conjunto com o Governo continuava a pintar "meios po" pagando a vinte e cinco centavos o metro linear. Falou a seguir, dos reajustes nas tarifas do transporte coletivo, na energia elétrica, no preço de cinquenta gramas, hoje vendido a doze centavos, e assim, chegava-se à conclusão de que governar para o PSD era Carnaval, batebol, trânsito, e o bolso do trabalhador da Prefeitura sempre vazio. Falou a seguir, de cerca de cem mil reais de phoronéa,

~~AA~~ Um direito regular a seguro desemprego. Quanto sobre a questão do balanço do funcionalismo disse que inúmeros itens haviam aumentado de forma significativa com impacto negativo para os servidores, com destaque a alimentação. Falou a seguir, do desespero de Dina Barata, ministra da Justiça do Distrito Federal, de todos conhecidos pelo apoio aos parladores da Aids, pois o empresário que manchava o aluguel do imóvel arribou a crise financeira não podia mais apoiar a Instituição. Dirigiu apelo à bancada do PDS para que fosse prestado auxílio a Justiça do Distrito Federal que atualmente vivia de doze auxílios, no que encarrou sua lata. Não havendo mais parladores inscritos para o uso da Tribuna, o senhor presidente transferiu os trabalhos para a Ordem do Dia. Nesta etapa, foram apresentadas as seguintes matérias: Proposta e Indicação nº 127/97. Não havendo mais matérias para serem apresentadas na Ordem do Dia, o senhor presidente franqueou a Tribuna para o Brasil. Encerrou seu discurso a Tribuna em Explicação ressalvando seu direito ao voto, reportando-se a sessão anterior, quando dirigiu apelo à Casa para que fosse analisado com muita atenção o projeto Orçamento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, tendo como base o entendimento, pelo qual continuava renovando suas intenções. Em seguida, disse que na mesma sessão havia lido um discurso feito por José provado o investimento de verbas na Educação através do Governo do Dr. Bonifácio, e assim, estava listando o acerto de realização para breve resposta ao desafante. Proseguindo, disse que eram evidentes os efeitos positivos do governo Bonifácio na área da Educação, ainda perdurando, hoje, o atual governo ainda não havia oportunidade de comprar Miranda, material didático e de ma-

nutenção da rede municipal. Falou que das quarenta e oito escolas da rede, o governo José Bonifácio havia reformado quarenta e em, deixando em processo de reforma outras unidades, tendo construído mais salas de aula do que todos os governos anteriores. Adiante, desafiou o chefe do Poder para provar se era mentira as realizações do Prefeito José Bonifácio, deixando recursos financeiros para o pagamento dos funcionários da Prefeitura, Secretaria Municipal de Educação e outros, nos primeiros dias de Janeiro. Imediatamente, disse que o Prefeito que afirmara não ter encontrado recursos para efetuar o pagamento, confessava no Balanço de ter encontrado em conta novecentos e onze mil, quinhentos e quarenta reais e oitenta e oito centavos em uma conta, novel mil reais em outra, cerca de quarenta mil reais em mais uma conta, perfazendo saldo total exatamente em novecentos e sessenta e nove mil seiscentos e setenta e oito reais e trinta centavos, e assim encerrou sua fala. A seguir ouviu a Tribuna em Explicação fiscal, o Vereador Imigrante da Silva, comentando sobre o Balanço da Prefeitura, já estava chegando à Câmara, registrando os gastos do governo José Bonifácio na área da Educação. Imediatamente, disse disponibilizou algumas informações, e assim, podia afirmar que o governo havido dispendido em ensino, excluindo a cultura, no ano de 1996, cerca de dez milhões de reais, ou seja, trinta e seis por cento do arrebatado em impostos foi levado a recorrer sobre a lei Orgânica e a votação em segunda discussão quanto a Emenda do Vereador, também reduzindo os investimentos na Educação para cerca de sete milhões de reais em comparação ao ano de 1996, e assim, não podia acreditar que não houvessem parámetros para o aluno, para seu país com tal redução. Imediatamente, disse que no dia anterior aconteceu uma

M  
Reunião de pais da Escola Domingos Loprete, com a secretaria informando não haver mais material escolar e assim, seria necessária a contribuição dos pais, e assim, aguardava o pronunciamento oficial do Educandário para avaliar melhor a situação. Disse que a reunião foi coordenada por pessoal ligada ao Governo, tendo inclusive informado que o Governo Alair Corrêa estava empinhamdo em pagar contas do Governo anterior, o que era desmentido pelos balancetes. Disse entender pelo que se agravava que certamente os pais pagam baixinhados com tal redução de verbas da Educação proposta em Emenda a Lei Orgânica, indagando se as listas de material vinham novamente doadas por Vereadores, observando que de há muito o Município saíra de tal quadro tão definitivamente. Afirmou que o Governo José Bonifácio, através de verbas garantidas no Orçamento bancava o material escolar para os alunos, e que lamentavelmente os pais de alunos tinham que recorrer aos Vereadores, numa bruta volta ao passado, no que encerrou sua fala. Não havendo mais Vereadores inscritos, ou melhor não havendo mais Vereadores para o uso da Tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a aprovação Plenária, Aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

José Górel

Assinatura

Ata da 1ª Sessão Plenária da 1ª Sessão Ordinária de 1º Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia vinte de maio do ano